

Propriedades semânticas do predicado ‘é humano’: diferença de objeto entre antropologia científica e antropologia filosófica

Semantic properties of the predicate ‘is human’: difference in object between scientific and philosophic anthropology

*Luís Fernando Munaretti da Rosa (mestrando PUC-RS –Porto Alegre-RS)
fsopho@hotmail.com*

Resumo: Neste artigo faço uma diferenciação entre os objetos de investigação da antropologia filosófica e da antropologia científica. Esta diferenciação é feita por meio de propriedades semânticas relacionadas ao predicado ‘é humano’. O artigo procura expor que cientistas desta área ocupam-se da classe dos humanos, enquanto que filósofos ocupam-se do conceito de humanidade. Ambiguidades e pseudo-problemas podem ser evitados ao se ter a diferenciação de objeto entre as duas áreas, justificada formalmente.

Palavras-chave: Antropologia; Semântica; Análise; Classe; Conceito.

Abstract: In this article I make a distinction between objects of philosophical anthropology and scientific anthropology research. This distinction is made by means of semantic properties of the predicate ‘is human’. The article tries to show that scientists on this area occupies with the class of humans, as the philosophers occupies with the concept of humanity. Ambiguities and pseudo-problems can be avoided in having this distinction between the two areas, formally justified.

Key words: Anthropology; Semantic; Analysis; Class; Concept.

1. Considerações Iniciais

Neste artigo faço uma diferenciação formal entre os objetos de investigação da antropologia filosófica e da antropologia científica. Há aqui o pontapé inicial para esta formalização. Assim, a tarefa maior é oferecer uma justificação de porque há uma diferenciação de objetos em antropologia filosófica e antropologia científica. O ponto de partida inicial para a distinção formal é a pergunta: ‘O que é o homem?’. Segue-se que há modos distintos de responder esta pergunta. Estes modos distintos indicam que objetos semânticos distintos estão relacionados ao mesmo predicado ‘... é o homem’. Faz-se necessário, então, explicar como se dá o fato de que o filósofo e o cientista referem a coisas distintas usando este mesmo predicado. A diferenciação em questão pode vir a mostrar que algumas discussões não têm um objeto comum e, portanto, são pseudo-questões.

2. Sobre a pergunta com o predicado ‘... é o homem’

Qual é a essência do homem? Esta é uma pergunta pelo que faz do homem, homem. E o que é ele? Perguntar pela essência de algo é perguntar, de forma especial, o que é esta coisa. Mas o que temos em vista e o que pressupomos quando perguntamos pelo que faz do homem, homem? Parece que perguntamos pelo que *torna* algo humano. Consiste numa forma estranha de falar: ‘fazer de’ e ‘tornar’ são relações que envolvem mutabilidade e temporalidade. Mas não parece que temos em vista, com aquela pergunta filosófica, uma explicação de como alguma coisa se tornou, ou foi feita, tal e tal.

Contudo, alguns cientistas parecem ter em vista exatamente algo como este ‘tornar-se humano’ quando estão pesquisando, por exemplo, sobre a nossa escala evolutiva, ou sobre a formação da cultura, ou ainda sobre a constituição do ser humano como ser simbólico. Dados históricos, como fósseis e marcas em paredes de cavernas, produtos artesanais e escritos em geral, são incluídos em sua pesquisa. E como acontece de o cientista e o filósofo fazerem uma mesma pergunta e procurarem meios tão distintos para respondê-la satisfatoriamente?

Quando fazemos uma pergunta como “O que é o homem?”, pressupomos existir algo como uma caracterização da coisa sobre a qual se faz a pergunta, um conjunto de condições necessárias e suficientes. Fala-se então em condições necessárias e suficientes para algo ser alguma coisa. O objeto daquela pergunta sobre a essência do homem é, assim, uma pergunta sobre as condições necessárias e suficientes de uma propriedade, a propriedade, digamos, da humanidade. Mas atentemos para o seguinte: a pergunta ‘o que é o homem?’ pode ser entendida em pelo menos dois sentidos. Ela pode ser entendida como (i) perguntando pela extensão do predicado ‘... é o homem’, e (ii) perguntando pela intensão deste mesmo predicado.

Assim, uma mesma pergunta pode ter significados distintos, dependendo do contexto teórico em que é feita. O ponto de partida aqui é então o seguinte: o fato de o antropólogo cientista e o antropólogo filósofo fazerem uma mesma pergunta com *significados* distintos, acarreta que estes dois tipos de pesquisadores ocupam-se de *objetos* distintos. Mas como?

2.1 Extensão e intensão de um predicado

A distinção entre extensão e intensão, relativa a predicados, é geralmente exposta pela distinção semântica entre classes, propriedades e conceitos.¹ Um exemplo elucidativo: em relação aos predicados ‘bípede implume’ e ‘ser humano’ temos uma igualdade extensional, pois as duas propriedades expressas por tais predicados se aplicam aos mesmos particulares e, portanto, à mesma classe de objetos. As duas propriedades são predicáveis das mesmas coisas. E, embora as duas propriedades se apliquem às mesmas coisas, ainda assim podemos dizer que aqueles dois predicados diferem em significado, em intensão. Dizemos então que os dois predicados em questão não mantêm uma relação de sinonímia, pois expressam conceitos distintos.

Sintática e/ou logicamente, ‘...é ser humano’ é um predicado monádico. Isso quer dizer: basta que um só nome próprio esteja com ele relacionado para que assim tenhamos uma frase ou sentença completa. Mas aqui estamos falando de um sinal linguístico e de sua função estrutural dentro de expressões mais complexas que são as sentenças. Acontece de este predicado, além de possuir tais propriedades lógicas e sintáticas, estar relacionado a propriedades semânticas. São estas propriedades semânticas que interessam quando é feita uma pergunta da forma ‘O que é o X’, onde ‘X’ está no lugar de um predicado. Se o que interessa, quanto aos predicados, são as suas propriedades sintáticas e/ou lógicas, então as perguntas serão da forma ‘Qual é a função de X na sentença S?’, ou ‘Que parte da estrutura sentencial ocupa X?’.

Quando estamos perguntando ‘O que é o ser humano?’, perguntamos então, mesmo que não estejamos pensando nisso exatamente, por propriedades semânticas relacionadas ao predicado ‘é o ser humano’. Posso ocupar-me, em uma pesquisa guiada por aquela pergunta, da classe dos humanos, da propriedade da humanidade ou do conceito de ser humano.

¹ Esta distinção entre classes e propriedades e/ou conceitos está presente em quase toda a chamada ‘filosofia analítica’, como um axioma formal. Explicações sobre tais noções semânticas são mais claramente oferecidas em obras introdutórias à lógica, como no capítulo três de: COPI, I. M.; COHEN, C. *Introduction to Logic*. 11 ed. New Jersey: Upper Saddle River, 2002, e também em dicionários de filosofia de orientação analítica, nos verbetes ‘classe’, ‘propriedade’ e ‘conceito’, como em: AUDI, R. (editor geral). *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1999.

A título organizacional, irei assumir o seguinte: a classe é constituída por um determinado número de objetos que possuem uma mesma propriedade. Se duas classes A e B contêm exatamente os mesmos membros, então $A = B$. A propriedade (p. ex., a propriedade da humanidade) é uma categoria ontológica, no sentido de incluir qualidades, características e atributos das coisas. Uma propriedade pertence a algo – e pode-se dizer das propriedades que elas são exemplificáveis. Se duas propriedades A e B são exemplificáveis pelos mesmos objetos, ainda assim é possível que $A \neq B$. A propriedade é critério para inclusão ou exclusão de um objeto em uma determinada classe.

Assumido que a propriedade é uma categoria extensional, e tendo-se determinado uma classe a partir de uma propriedade (por exemplo: determina-se a classe dos humanos por meio da propriedade da humanidade, pois todos os elementos da classe dos humanos possuem a propriedade da humanidade), podemos perguntar: qual é o conceito (entidade semântica ou cognitiva) que está relacionado a esta propriedade? Semanticamente falando, o conceito é uma *função*, a intensão de um predicado, que pode se tornar uma sentença completa com valor de verdade ao ter sua variável substituída por um termo singular, como é o caso em: ‘ x é homem’. Epistemicamente falando, no entanto, o conceito é outra coisa: ele é um padrão cognitivo, que cumpre a função de classificar objetos, de sintetizar características comuns a partir do múltiplo. O fato de haver o ‘conceito da semântica’ e o ‘conceito da cognição’ não deve nos confundir. A noção de função explica o conceito em nível de semântica formal. O conceito como constructo cognitivo é um análogo epistêmico daquele pertencente à semântica.

Todas estas propriedades semânticas relacionadas a predicados podem ser tomadas como objeto de investigação. Elas o podem, porém, em pelo menos dois sentidos: i) no sentido em que se tomam classes, propriedades e conceitos em geral como objeto de investigação, e ii) no sentido em que se tomam classes, propriedades e conceitos particulares e determinados (p. ex. a classe das coisas contingentes e a propriedade de ser contingente) como objeto de investigação. É em filosofia da linguagem ou em filosofia da lógica que se ocupa substancialmente de classes, propriedades e conceitos no sentido (i). E é substancialmente em metafísica, em ontologias regionais e ciências particulares que se ocupa substancialmente de classes, propriedades e conceitos no sentido (ii).

Já temos, até aqui, um determinado número de entidades. O predicado é uma entidade linguística; a classe de objetos relacionada a este predicado e a sua correspondente propriedade são entidades semânticas de ordem extensional. O conceito é uma entidade semântica de ordem intensional. É claro que isso não é totalmente determinado e bem definido nos contextos de investigação que são o foco de interesse aqui. Mas a distinção semântica mencionada acima tem exatamente o propósito de clarificar as diferenças de uso de um mesmo predicado.

Pode parecer estranho que se esteja considerando a propriedade como uma entidade semântica extensional e não intensional. “Propriedade” é um termo bastante ambíguo em filosofia: por vezes o seu significado é aquele da ontologia natural, em que a propriedade é um atributo ou qualidade *in rebus*, que está ou atualmente circunscrito à dimensão espaço-temporal, ou *possivelmente* presente em objetos desta dimensão; por vezes, no entanto, o seu significado é exatamente aquele que estabeleci para o termo “conceito”, o significado da semântica formal, caso em que se diz que a propriedade é a intensão de um predicado.² Para deixar claro, reservarei, neste artigo, o primeiro significado para o termo “propriedade”, e o segundo para o termo “conceito”, como já havia sido exposto.

2.2 Breve elucidação formal das propriedades semânticas de um predicado

Fica difícil sabermos exatamente quando o uso de um predicado tem como referência uma classe, uma propriedade ou um conceito. A fim de que se possa contemplar esta diferenciação entre classes, propriedades e conceitos a um nível *formal*, atentemos para os seguintes tipos de predicacões:

x é humano;

se x é humano, então x é racional.

Humano = animal racional

² João Branquinho atenta para esta ambiguidade no verbete ‘propriedade’ de: BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Ver também: SWOYER, C. “Properties”. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2000. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/properties/>>.

Na primeira predicção, diz-se que o predicado *expressa* um conceito, e é este conceito que compõe o significado da sentença, nomeadamente, a proposição de que *x* é humano. No âmbito extensional, porém, esta sentença equivale a:

i') *x* tem a propriedade da humanidade,

ou a:

i'') *x* pertence à classe dos humanos.

E pode-se perguntar: por que é que *x* pertence à classe dos humanos? Ora, porque possui a propriedade da humanidade. Trata-se de um axioma simples: se *x* pertence à classe dos *P*, então *x* tem a propriedade *P*. Aqui vemos que, neste tipo de asserção, a extensão associada ao predicado é ou uma propriedade ou uma classe. Se for uma classe, ainda assim esta classe é determinada por uma propriedade.

Na segunda asserção, os predicados também referem a propriedades. Ela nos diz que todo o *x* que tem a propriedade da humanidade, tem também a propriedade da racionalidade. Formalmente:

ii') $(x) Hx \rightarrow Rx$

Em que 'H' está por 'é humano' e 'R' está por 'é racional'. Se pensarmos a cláusula ii) em termos de classes, esta asserção equivaleria a afirmação de que, para todo *x*, se este *x* pertence à classe dos humanos, então *x* pertence à classe dos racionais.

A terceira asserção, porém, é de um gênero distinto: os pares da relação de igualdade referem a conceitos, no sentido de que o conceito de humano é analisado pelo conceito de animal racional. Geralmente pensa-se tal relação de igualdade como estabelecendo condições necessárias e suficientes daquilo que se analisa. É este tipo de análise que os filósofos da linguagem buscam. A implicação extensional deste tipo de asserção é distinta daquele presente em i) e ii). Suponhamos, por exemplo, que a asserção

iii) seja verdadeira. Então, esta asserção expressa a análise de um conceito: o conceito de humano é analisado pelo conceito de animal racional. Esta relação entre conceitos irá nos dizer, *além disso*, quanto ao âmbito extensional, que necessariamente, quando algo tem a propriedade da humanidade, este algo tem a propriedade da animalidade e da racionalidade, e vice-versa. Trata-se de uma relação “mais forte” do que aquela presente em ii). E por quê? Poderíamos resumir da seguinte forma: pois a implicação extensional da asserção iii) está sob o escopo do operador modal de necessidade, e o que está dentro do escopo deste operador é uma relação bicondicional (expressa pelo “e vice-versa” da frase em que se fala do âmbito extensional). Assim que formalizamos iii) como:

iii') [AR] analisa [H],

em que '[AR]' está pelo conceito composto de animal racional, e '[H]' está pelo conceito de humano. Sua implicação extensional será simplesmente:

iiiE) $(x) Hx \equiv ARx$

Ou seja, para todo x , x é humano se, e somente se x é um animal racional. Tendo-se isto posto, podemos passar para o problema da distinção de objeto de estudo entre antropologia social e antropologia filosófica. Se as teses de semântica formal que assumi aqui não servem de cânones, poderão ainda servir de pontapé inicial para a discussão.

3. Antropologia filosófica e antropologia científica

A pergunta a partir da qual surge a antropologia, seja ela científica ou filosófica, é a seguinte: o que é o humano? Mas: salienta-se a necessidade de fazer a distinção entre Antropologia Filosófica e Antropologia Científica, esta abarcando tanto a Antropologia Cultural quanto aquela de cunho biológico.³

³ Apresenta-se esta necessidade, bem como suas implicações, em: STEIN, E. *Antropologia Filosófica: Questões Epistemológicas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

Queremos então dizer que as duas antropologias, a científica e a filosófica, diferem não somente em método, mas também em objeto. A ciência se ocuparia de membros da classe dos humanos e de objetos estreitamente relacionados a esta classe, enquanto que a filosofia ocupa-se do conceito de humano. Mas tudo isso pode soar muito rígido. Estes objetos de estudo não estão separados por muros intransponíveis: os antropólogos podem se ocupar tanto da classe dos humanos, como da propriedade da humanidade, como do conceito correspondente, inclusive em uma única pesquisa.

Uma divisão rígida entre os tipos de antropólogos, se cientistas ou filósofos, de acordo com as distinções semânticas que fizemos, pode mesmo parecer arbitrária, ou existente tão somente a título de convenção. Evitamos este resultado simplista ao sustentar que o antropólogo filósofo ocupa-se substancialmente do conceito de humano, que este é o seu interesse e seu objeto de estudo principal, mas que isso não quer dizer que *jamais* um filósofo ocupa-se da classe dos humanos ou da propriedade da humanidade. Observações similares se aplicam ao caso do antropólogo cientista.

Sabemos ao menos que filósofos têm uma intenção diferente daquela do cientista quando se debruçam sobre a questão do humano. Por que os filósofos sentem-se no direito de apontar que a pretensão de universalidade das antropologias científicas é um erro? Como eles poderiam analisar este ‘erro’ conforme a diferenciação aqui feita? Ora, uma vez que as antropologias científicas se ocupam da classe dos humanos, ou mais propriamente, de alguns membros desta classe, e da propriedade que determina esta classe, elas têm como objeto algo contingente e mutável no tempo e no espaço. Estas antropologias contam com métodos de pesquisa empírica, e os dados que elas colhem são sempre parciais. Isso quer dizer: elas nunca dispõem de *toda* a classe dos humanos e de *todas* as propriedades que os membros desta classe apresentam nas mais variadas épocas e lugares. O pesquisador realiza processos de indução e destes processos depende boa parte de suas teorias. Assim, para que estas antropologias tenham condições de revelar qual é a essência do humano, para que tenham condições de responder à pergunta ‘o que é o humano’, quando dado o sentido filosófico a esta pergunta, elas precisam acompanhar a totalidade dos humanos, o que é impossível. Ao passo que o filósofo ocupa-se de um conceito, algo cuja natureza já é universal, porque abstrato. Note-se: ao dizer que o conceito é universal estou apenas

dizendo que ele se aplica a múltiplos objetos da experiência cognitiva *lato sensu*. Pois o conceito, quando analisado do ponto de vista cognitivo, é o material que compõe nossas atitudes proposicionais que visam ao conhecimento.

Esta impossibilidade de universalidade na ciência é questionável, mas temos boas razões para crer que, ao menos atualmente, os cientistas não têm condições de retroceder no tempo e observar as gerações mais antigas da humanidade, bem como as futuras. Tudo isso porque o objeto de que se ocupam estas antropologias é a classe dos humanos, sendo isso uma forma reduzida de dizer que elas se ocupam de sub-classes desta classe, membros desta classe, e objetos que estão relacionados a membros desta classe. O cientista não pode ter esta classe inteira diante de si, tanto no sentido espacial, como no sentido temporal. Mas uma pergunta inquietante nos é sugerida aqui: o que permite a observação empírica de *humanos* particulares, ou de nichos *humanos*, ou de elementos do organismo *humano*? O que unifica os variados indivíduos humanos em uma só classe?

Vejamos: quem toma individuais da classe dos humanos como objeto de pesquisa, acaba encontrando propriedades comuns dos humanos. A antropologia científica tenta expressar quais são estas propriedades dos humanos, e, inclusive, pode pretender elencar propriedades *fundamentais* do humano. Há um entrave para que a antropologia científica faça juízos universais sobre o homem, como já foi apontado, uma vez que ela se ocupa de membros e elementos da classe dos humanos, sendo esta classe quantitativa e qualitativamente mutável. Mas algo distinto ocorre quando se toma como objeto de investigação o conceito de ser humano, ou se preferirmos, o conceito de humanidade. Apesar de a classe dos humanos sofrer modificações, ainda assim cada um dos integrantes da classe “cai” sob um mesmo conceito. Como se trata aqui de uma entidade cognitiva e/ou semântica, algo que é expresso por meio de determinados predicados, a pesquisa que toma o conceito de humanidade como objeto terá um objetivo central: encontrar um *analysans* que se encontre numa relação de condicionamento necessário e suficiente com o *analysandum*.

Esta relação bicondicional entre conceitos, porém, não satisfaz uma pesquisa científica: ela não refere aos fenômenos e objetos naturais que o cientista busca explicar. Isso não quer dizer que o objeto de investigação do filósofo não seja natural, ou que ele seja

metafísico, etc. Ele pode ser um objeto de natureza diferente, mas isso não deve acarretar a exclusão de uma visão naturalista sobre a filosofia, pelo menos não necessariamente. Assim, a divisão de tipos de objeto entre a antropologia científica e a antropologia filosófica pode ser aceita tanto por naturalistas quanto por seus adversários teóricos.

Sabemos que o determinismo é um elemento pertinente à antropologia científica. Mas é em exemplos como este que é preciso ter em mente a distinção semântica aqui presente. Um determinismo fará sentido quando referir à classe dos humanos, pois são os indivíduos membros desta classe que podem sofrer alguma determinação biológica; o mesmo não se aplica, ao menos não na mesma forma e com o mesmo sentido, ao conceito de humanidade. Assim, se defendo um determinismo, tenho de ter em mente que este fator se aplica a elementos de uma classe. Quando dizemos que o nosso DNA determina nosso estado fisiológico e, por conseguinte, alguns estados psicológicos, esta determinação é agente sob um indivíduo humano, um elemento da classe humana. Pode ser que todos os elementos da classe humana sofram tal determinação, em graus diferentes. Mas o DNA não determina o estado fisiológico de um conceito. Filósofos anti-deterministas e cientistas deterministas podem estar tendo uma discussão sem objeto comum, no caso em que um deles esteja se referindo ao conceito de humanidade e o outro à classe dos humanos.

3.1 Relação entre as antropologias e o seu objeto de estudo

Atentemos para a seguinte distinção: atribuir propriedades a membros de uma classe e atribuir propriedades a conceitos. Em antropologias, sejam elas científicas ou mesmo filosóficas, vemos uma incansável tentativa de encontrar propriedades do humano que o diferenciem estritamente das demais espécies. Quando, por exemplo, diz-se que só os humanos têm o domínio de uma sintaxe, atribui-se a propriedade de ter sintaxe aos membros da classe humana, e só a estes membros. Mas esta não é uma propriedade do *conceito* da humanidade. Não faz sentido dizer que um conceito tem a propriedade de ter sintaxe. Somos nós, os indivíduos que compõem a classe dos humanos, que temos uma sintaxe. Mas concordaríamos que todos os humanos têm o domínio da sintaxe? Ou: concordaríamos dizer de algo que, se este algo não tem sintaxe, então não é um humano? E aqui as questões se tornam embaraçosas.

A questão é que o cientista atribui, por meio de sua pesquisa e investigação, propriedades a *membros de uma classe* determinada, a *sub-classes* e a *classes* inteiras, enquanto que o filósofo, também em sua pesquisa característica, atribui propriedades a *conceitos*. Há algo de comum entre eles, que os ‘ligue’? Sim, e pelo viés seguido até aqui, poderíamos dizer que ambos atribuem propriedades a *propriedades*.

Em primeiro lugar é de se notar que, ao se falar em nível de conceitos, não dizemos que o conceito de humano, por exemplo, tem a propriedade da sintaxe, mas dizemos por outro lado que o conceito de humanidade é analisado, entre outros, pelo conceito de sintaxe ou linguagem. Dizemos também que do primeiro conceito infere-se necessariamente o segundo, visto que não se pode predicar a humanidade de um particular sem lhe predicar o domínio da sintaxe. É este o domínio da análise filosófica: uma análise de conceitos que os explica por meio da definição de condições necessárias e suficientes para estes conceitos serem verdadeiramente aplicados.

No entanto, veríamos um cientista dizer de um particular que ele não é da espécie humana simplesmente pelo fato de ele não apresentar domínio de sintaxe? Nada o impede de se referir a este particular como ‘um indivíduo da espécie humana’, tendo em vista a sua constituição físico-orgânica. Ele não chamaria a um indivíduo, digamos, de ‘hominídeo não-humano’ tão somente pelo fato de faltar o domínio da sintaxe a este particular. Um tal cientista iria divulgar sua pesquisa precisamente utilizando-se de referências como ‘um dos humanos sem domínio de sintaxe que investigamos...’, ‘a coleta de dados dos indivíduos humanos sem domínio de sintaxe nos diz que...’, etc. Vejamos que nesta fala há a predicação de duas coisas em relação ao mesmo particular que, em estando no universo filosófico dos conceitos e propriedades, conduziria a uma contradição. Não se poderia dizer de algo que este algo é A e não B, quando A implica B (ser humano implica domínio de sintaxe, p. ex.) ou quando B analisa A. Mas não haveria problema algum com este tipo de fala no meio científico. Pois: no discurso científico atribui-se propriedades a membros de classes, a sub-classes de classes, bem como a classes inteiras, mas não se atribui propriedades a conceitos, como ocorre em filosofia.

Tudo isso sugere um resultado que pode, resumidamente, ser expresso da seguinte forma: enquanto o filósofo ocupa-se do conceito de humanidade (ou de ‘ser humano’), o

cientista, *lato sensu*, ocupa-se da classe dos seres humanos. Este ‘ocupa-se de’ deve ser entendido como um ‘tem como seu objeto de investigação’. Assim, a despeito das diferenças de método entre o antropólogo cientista e o filósofo, sabemos que seus objetos estudados são distintos.

O que está pressuposto neste resultado que foi alcançado? Bem, há um axioma aqui que pode evidentemente ser posto em dúvida: a de que o objeto de estudo de uma determinada área do conhecimento é o conjunto das extensões denotadas pelo discurso de tais teorias. Isso quer dizer: se minhas teorias se constituem por proposições que referem a tais e tais coisas, estas coisas referidas são os meus objetos de estudo. Isso forçaria quem quer que assumisse esta tese a admitir que há inúmeros objetos de estudo de acordo com cada discurso científico ou filosófico, um resultado indesejável para partidários da ideia de ‘não multiplicar entidades analisáveis’. É por este motivo de ordem pragmática que o pressuposto em questão não deve ser interpretado como a única sentença a respeito dos objetos de estudo de um pesquisador, seja ele cientista ou filósofo. É claro que tais pesquisadores dão prioridades não só a determinados objetos, mas também a algumas características suas, na sua investigação, de forma que isto fique definido pela intenção deste pesquisador. *Lato sensu*, tudo aquilo que for extensão do seu discurso, será seu objeto de investigação, mas somente o que se mostrar como relevante e central na pesquisa merece o título principal de ‘ser objeto de estudo de...’.

Mas, cabe a seguinte observação: parece, inicialmente, satisfatória aquela diferenciação de objetos de estudo em antropologia científica e filosófica, a saber, a de que o filósofo ocupa-se do conceito de ser humano e de que o cientista ocupa-se da classe dos humanos, mas o que é um conceito, o que é isto do qual se ocupa o filósofo? Não há uma resposta unânime a esta resposta, mas já demos algumas explicações sobre o significado de ‘conceito’.

É claro que o objetivo da presente investigação não é apresentar uma definição exaustiva do conceito filosófico de ‘conceito’. Há aqui, porém, o interesse de demarcar o território entre antropologia filosófica e científica: a mera indicação daquela diferenciação entre objetos de estudo poderia dar a entender que, nesta classificação, são dados nomes distintos a uma mesma coisa, ou seja, de que, apesar de interpretarmos os objetos do

antropólogo cientista e do antropólogo filósofo como formalmente distintos, ainda assim não está claro se eles *realmente* ocupam-se de objetos distintos. É em vista desta preocupação que é preciso responder o que é este conceito de que se ocupa o filósofo, e qual é a relação deste objeto com o objeto do antropólogo cientista, na medida em que isto seja satisfatório para a demarcação em questão. Esta resposta não tem, portanto, a pretensão de servir para uma definição de classes e conceitos exaustivamente.

‘Conceito’, no sentido que interessa a filosofia, acarreta generalidade, pois ele é ou um padrão cognitivo ou uma função proposicional, para o qual corresponde uma propriedade, classe ou relação. A propriedade, *lato sensu*, seria uma característica compartilhada por variados particulares ou por outras propriedades. Sintaticamente falando (num sentido lógico), o conceito pode ser expresso por predicados de primeira ordem, bem como por predicados de segunda ordem. É isso que permite ao filósofo a ocupar-se da própria análise do conceito – que o permite tentar fornecer uma caracterização necessária e suficiente do conceito. O sucesso da teoria antropológica dentro do contexto filosófico consiste, portanto, numa satisfação descritiva do conceito de homem. Posso entender isso de várias formas, de acordo com a minha vertente filosófica: posso entender que a análise do conceito de humanidade explica a forma como entendemos o homem; ou entender que esta análise fornece a descrição de um universal imutável; ou mesmo entender que tal análise faz apenas mostrar como articulamos dentro de nossa linguagem o significado linguístico de ‘homem’.

O cientista utiliza o predicado ‘homem’ como um termo natural. A definição de um termo natural pode ser dita como convencionalmente postulada, muito embora as características e relações que a coisa denotada pelo termo apresenta seja aquilo que leva a esta postulação. Assim, o ouro, por exemplo, é definido em termos de suas características químicas (número atômico, número de massa, etc). O que torna um enunciado científico em que ocorre o predicado “ouro”, ou o predicado “homem”, em um enunciado verdadeiro? Diríamos simplesmente: os fatos! Não são eles que *confirmam* hipóteses? Não é isso que constitui substancialmente o sucesso de uma teoria científica? Mas o sucesso da teoria filosófica não se dá desta forma: ele depende de um determinado nível de *satisfação* do conceito. Explicar exaustivamente um conceito, como o conceito de humanidade, é atingir

um ponto máximo em uma teoria filosófica, pois fazer isso é mostrar tudo o que é necessário e suficiente para a aplicação do conceito, é mostrar o que ele pressupõe de mais geral e também o que lhe é específico.

A diferenciação proposta aqui não tem uma proposta meramente organizacional. Ela também visa à explicação de situações paradoxais em antropologia de modo geral, onde provavelmente há o mesmo uso de um termo com significados distintos. Assim, se tornarmos claro que, por exemplo, aquele antropólogo refere-se a membros de uma classe, e aquele filósofo refere-se a um conceito, traremos à tona o fato de que eles sequer estejam discordando, pois não estão falando exatamente sobre a mesma coisa. Certamente, há alguma relação específica entre seus objetos, relação esta que parece obscura até aqui. Isto, porém, é um longo trabalho ainda a ser feito.

4. Considerações finais

Há uma diferença formal entre objeto de investigação no campo da antropologia filosófica e no campo da antropologia científica. Esta diferenciação tem como critério fundamental determinações semânticas do objeto de discurso de uma determinada área. Este é apenas um começo para se realizar uma formalização mais exaustiva da relação entre áreas de investigação e objetos de investigação. Contudo, mal entendidos teóricos no campo da antropologia, que se originam de uma confusão de objetos distintos denotados pelo mesmo predicado, já poderiam ser evitados caso se tivesse em conta a distinção formal aqui proposta. Esta é somente uma característica da diferenciação, orientada para a *práxis* teórica, no caso em que mais de um investigador está supostamente discutindo sobre o mesmo tema, e para a coerência interna de uma teoria, caso em que supõe haver uma uniformidade semântica nos predicados utilizados.

Referências

AUDI, R. (editor geral). *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1999.

BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BEANEY, M. “Analysis”. In: ZALTA, E. N. (ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/analysis/>>.

COPI, I. M.; COHEN, C. *Introduction to Logic*. 11 ed. New Jersey: Upper Saddle River, 2002.

LYCAN, W. G. *Philosophy of Language: a contemporary introduction*. New York: Rotledge, 2000.

MARGUTTI, P. R. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

STEIN, E. *Antropologia Filosófica: Questões Epistemológicas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

ZALTA, E. N. (Ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2000. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/>>

Data de registro: 27/04/2010

Data de aceite: 05/10/2010